

**1. Contexto operacional**

A Tauá Brasil Palma S.A. ("Companhia"), foi fundada em 15 de março de 2019 como sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade de Belém - PA, tem como principal atividade a produção, distribuição e comercialização de óleo vegetal, além de quaisquer outros produtos, subprodutos e atividades correlatas, como pesquisa e desenvolvimento em processos agroindustriais, processamento e comercialização de matérias-primas e insumos, incluindo cacho de fruto fresco, sementes e mudas.

A Companhia possui dois acionistas que é a Ecotauá Participações S.A. ("Ecotauá") que tem como principais acionistas a Dendê do Tauá S.A. e a Opportunity Agro FIP, e a Belém Bioenergia Brasil S.A. ("BBB") que tem como principais acionistas a Galp Brasil Energia S.A. e a Galp Bioenergy BV. Em 1º de novembro de 2019, a Companhia passou a desenvolver suas atividades, após finalização do acordo de acionista, e no exercício de 2020 continuou com suas atividades e projetos de expansões da capacidade produtiva de esmagamento de cachos de frutos frescos (CFF), bem como a finalização da unidade de refino de RBD em Tailândia.

A Companhia possui duas usinas extratoras de óleo de palma bruto, palmeira localizadas em Tailândia e Tomé Açú, que estão sendo construídas por fases, no ano de 2020 foi entregue em Tailândia, uma unidade de refino de Óleo de Palma (CPO):

**a) Primeira fase Usina extratora Tailândia ("ETL")**

A primeira fase de construção da Usina ETL, com capacidade de processamento de 30 (trinta) toneladas de cachos de fruto fresco ("CFF") por hora, está concluída.

**Segunda fase ETL**

A segunda fase de construção da Usina ETL, que compreendeu a construção de um módulo com capacidade de processamento de 30 (trinta) toneladas de CFFs por hora, está concluída

**Terceira fase ETL**

A terceira fase de construção da Usina ETL, que compreendeu a construção de um módulo com capacidade de processamento de 30 (trinta) toneladas de CFFs por hora, está concluída.

**b) Primeira fase Usina extratora Tomé Açú ("ETO")**

A primeira fase de construção do projeto industrial ETO compreendeu a construção de 2 (dois) módulos da Usina ETO, com capacidade total de processamento de 60 (sessenta) toneladas de CFFs por hora, está concluída.

**c) Segunda fase ETO**

A segunda fase de construção do projeto industrial ETO, compreendeu a construção de 1 (um) módulo da Usina ETO, com capacidade de processamento de 30 (trinta) toneladas de CFFs por hora, está concluída.

A Companhia possui 38.027 hectares de plantação de dendê dividido em suas duas unidades, sendo 19.594 hectares na unidade de Tailândia e 18.433 hectares na unidade de Tomé Açú.

**COVID-19**

O COVID-19, uma doença infecciosa causada por um novo vírus, foi declarada pandemia mundial pela OMS em 11 de março de 2020. As medidas para retardar a disseminação do COVID-19 tiveram um impacto significativo na economia global. A Companhia criou um comitê para avaliação dos possíveis impactos da pandemia e está tomando medidas para garantir a segurança de seus funcionários e continuar atendendo às necessidades de seus clientes nesse cenário. Os ambientes e operações de trabalho foram adaptados para atender às recomendações das diversas autoridades de saúde, sem interromper a produção das indústrias da Companhia.

A Companhia levou em consideração o *lockdown* instituído pelas autoridades e considerou esses efeitos em sua atividade e não identificou qualquer indicativo de redução ao valor recuperável líquido de seus ativos.

(\* As informações não financeiras divulgadas acima tais como números de hectares e de toneladas não foram auditadas.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras****2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2020.

**2.2. Moeda funcional e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as demonstrações financeiras apresentadas em Reais (R\$) os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moeda estrangeira consiste na conversão para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

**2.3. Base para elaboração e mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios, e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado do exercício, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

**2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das informações contábeis requer que a Administração faça

julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis interdiárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua capacidade de recuperação nas operações, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, determinação do valor, taxas e prazos do direito de uso e passivo de arrendamento, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

**3. Resumo das principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto quando descrito.

**3.1. Classificação corrente versus não corrente**

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

**3.2. Mensuração do valor justo**

A Companhia mensura determinados instrumentos financeiros e determinados ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Os elementos patrimoniais avaliados a valor justo compreendem os ativos biológicos (nota 11) aos quais possuem nível de hierarquia 3.

**3.3. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

**3.4. Ativos financeiros****3.4.1. Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: